

## **RESOLUÇÃO nº 02/2004**

**Dispõe sobre a prestação de contas das associações civis, sem fins lucrativos, responsáveis pela gestão dos Consórcios Intermunicipais de Saúde.**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Complementar n.º 11, de 18/12/91 com as alterações dadas pela Lei Complementar n.º 25, de 30/12/92 e pela alínea “n”, do inc. IV, do art. 26 da Resolução n.º 02, de 21 de maio de 2002 e,

Considerando a existência de controvérsias a respeito da formação e gestão de consórcios intermunicipais na área da saúde;

Considerando a ausência de legislação a respeito da matéria e a urgente necessidade de regulamentação, principalmente quanto à maneira das associações prestarem contas a este Tribunal;

Considerando ser imprescindível normatizar a organização, funcionamento e a maneira e conteúdo das prestações de contas dos Consórcios Intermunicipais de Saúde, na forma de associação civil sem fins lucrativos, visando a eficaz fiscalização desta Corte;

Considerando, por fim, os exaustivos estudos e os conseqüentes pontos de consenso sobre o assunto, firmados na reunião realizada em 19/02/2004, com a participação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, da Secretaria Estadual de Saúde e dos gestores de Consórcios Intermunicipais de Saúde,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** A prestação de contas das associações civis, sem fins lucrativos, responsáveis pela administração de consórcios de saúde decorrentes de pactos de cooperação entre os municípios, cuja instituição, organização e funcionamento levem em conta os parâmetros consensuais registrados no Anexo Único desta Resolução, observarão necessariamente os princípios e normas de direito público, e em especial, as Leis n.ºs 8.666/ 93 e 4.320/64, e deverá ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, na forma e prazos determinados por esta Resolução.

**Art. 2º** Para efeito de controle externo, a associação civil gestora do consórcio de saúde deverá encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado:

#### **I - Em até 15 dias depois de constituída a associação:**

- a) O pacto de cooperação firmado entre os Municípios que deram origem ao consórcio;
- b) A autorização legislativa para que cada Município participe da associação e efetue repasses financeiros nos termos do orçamento;
- c) A cópia das publicações da ata de fundação da associação e do extrato do estatuto;
- d) Cópia do Estatuto da Associação, contendo, obrigatoriamente os requisitos do art. 54 da Lei n.º 10.406 - Código Civil, de 10/01/2002, com a clara identificação dos municípios associados e a quota de participação de cada um, além das demais regras acordadas;
- e) Prova do registro da associação no Cartório de Títulos e Documentos;
- f) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

## **RESOLUÇÃO nº 02/2004**

- g) Cópia do alvará de localização da sede da associação;
- h) Cópia da declaração de utilidade pública da associação, se for o caso;
- i) Plano de Aplicação Inicial dos recursos financeiros previstos;

**Parágrafo único** O Estatuto da associação deve ser o mais completo possível, observando, obrigatoriamente, o disposto no art. 54, do Código Civil - Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além de fazer constar a clara identificação dos municípios associados, a quota de participação de cada um e demais regras acordadas.

### **II - Mensalmente, nos 30 (trinta) dias seguintes ao encerramento do mês a que se refere:**

- a) ofício de encaminhamento;
- b) balancetes financeiros, extratos bancários e respectivas conciliações do período;
- c) relação dos procedimentos licitatórios realizados no mês, especificando a modalidade adotada, o número do processo, a data de publicação do edital ou a data do convite, objeto e valor licitado, data de abertura e julgamento das propostas, identificação dos participantes e do vencedor, data da adjudicação;
- d) relação dos convênios firmados no mês, informando os convenientes, o número do convênio, a data em que foi formalizado, seu período de vigência, o objeto conveniado, o valor total do convênio e o valor repassado no mês;
- e) relação dos contratos formalizados no mês, informando o contratado, o número do contrato, a data da formalização e seu período de vigência, o objeto contratado, o valor total e o número do procedimento licitatório e modalidade de licitação, se for o caso;
- f) alterações do estatuto;
- g) alterações do plano de aplicação, se houver.

### **III - Até o dia 15 (quinze) de janeiro do exercício a que se refere, o plano de aplicação dos recursos, instruído com os seguintes documentos:**

- a) Sumário Geral da Receita por Fontes e das Despesas por Funções;
- b) Quadro discriminativo da receita por fontes;
- c) Quadro demonstrativo da despesa por programa de trabalho: demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades;
- d) Quadro demonstrativo das despesas por funções, programas e subprogramas conforme vínculo com os recursos;

### **IV - Até o dia 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte, o Balanço Geral, com pronunciamento final do conselho de deliberação máxima da associação, instruído com os seguintes documentos:**

- a) ofício de encaminhamento;
- b) parecer do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas anual;
- c) balanços financeiro e patrimonial;
- d) demonstrativo das variações patrimoniais;
- e) demonstrativos da dívida fundada e flutuante, se houver, indicando os credores e respectivos valores;
- f) comparativo da receita prevista com a arrecadada e da despesa autorizada com a realizada;

## **RESOLUÇÃO nº 02/2004**

- g) relação nominal do pessoal admitido e/ou demitido no exercício, discriminando função, remuneração e data da admissão ou demissão, bem como relação de servidores cedidos pelos Municípios à associação, identificando o órgão de origem;
- h) extrato bancário em que conste o saldo em 31 de dezembro, acompanhado da respectiva conciliação;
- i) quadro demonstrativo das despesas realizadas por funções, programas e subprogramas conforme vínculo com os recursos;

**Art. 3º** Deverão permanecer no arquivo das associações gestoras de consórcios, para auditoria e inspeção a qualquer tempo:

- I. os documentos referentes aos procedimentos licitatórios, de acordo com a relação mencionada na alínea “c”, do inc. II, do art. 2º;
- II. os documentos referentes à convênios e contratos formalizados, de acordo com as alíneas “d” e “e” do inc. II, do art. 2º;
- III. o demonstrativo dos recursos recebidos, mês a mês, com a identificação da origem, inclusive os resultantes de aplicações financeiras;
- IV. o demonstrativo das despesas realizadas, mês a mês, com a identificação dos credores e respectivos valores;
- V. os procedimentos e respectivos atos de admissão e demissão de pessoal, bem como de cedência de servidores públicos, conforme relações mencionadas na alínea “g”, do inc. IV, do art. 2º;
- VI. os comprovantes de cumprimento das exigências sociais e fiscais.

**Art. 4º** Os procedimentos licitatórios de aquisição de bens e serviços deverão estar em consonância com o Anexo Único desta Resolução e com o disposto na Lei n.º 8.666/93.

**Art. 5º** Após análise e pronunciamento conclusivo da equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado sobre o Balanço Geral das associações, este deverá ser encaminhado para decisão do relator, necessariamente acompanhado de todos os balancetes devidamente analisados.

**Art. 6º** O Tribunal de Contas do Estado poderá solicitar documentos e informações, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, inclusive quando das auditorias in loco e inspeções, observadas as exigências do Anexo Único desta Resolução.

**Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Participaram da votação os senhores conselheiros: UBIRATAN SPINELLI, BRANCO DE BARROS, ANTONIO JOAQUIM, JOSÉ CARLOS NOVELLI, VALTER ALBANO e JÚLIO CAMPOS.

Presente, representando o Ministério Público, o procurador de Justiça, dr. JOSÉ EDUARDO FARIA .

**Publique-se.**

## **RESOLUÇÃO nº 02/2004**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 13 de abril de 2004.

Conselheiro Ary Leite de Campos – Presidente

Conselheiro Ubiratan Spinelli

Conselheiro Branco de Barros

Conselheiro Antonio Joaquim

Conselheiro José Carlos Novelli – Vice-Presidente

Conselheiro Valter Albano

Conselheiro Júlio Campos – Corregedor Geral

Procurador de Justiça, dr. José Eduardo Faria

**ANEXO ÚNICO**  
**DA RESOLUÇÃO N.º 02/2004, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO**  
**GROSSO.**

Em reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2004, no Hotel Fazenda Mato Grosso, foram estabelecidos parâmetros consensuais entre o Tribunal de Contas do Estado, a Secretaria de Estado de Saúde e representantes de Consórcios Intermunicipais de Saúde, sobre a forma de constituição, gestão e fiscalização dos referidos Consórcios.

Após apresentação e discussão, foram consensados todos os pontos explicitados pela equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado sobre a organização e funcionamento dos consórcios intermunicipais de saúde, quanto à (1) natureza jurídica, (2) contabilidade e orçamento, (3) pessoal, (4) aquisição de bens e serviços e (5) prestação de contas, destacando-se:

**NORMAS GERAIS - CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE**

**I. CONSÓRCIO:**

1) Natureza Jurídica: acordo de vontade, despersonalizado

- acordo de vontades, despersonalizado
- independe de autorização legislativa
- formalização: Pacto de Cooperação
  - ◆ declara vontade de se reunir com outros entes da federação para realização de interesses comuns

**OBS.: Ficou acordado entre todos os participantes que a gestão dos consórcios através de uma associação civil, sem fins lucrativos, é a forma mais adequada.**

**II. ASSOCIAÇÃO CIVIL GESTORA DO CONSÓRCIO:**

1) Natureza Jurídica:

- Direito Privado
- Lei:
  - ◆ autoriza o município a se associar
  - ◆ elege a forma de gestão consorcial
  - ◆ autoriza a realização dos repasses financeiros nos termos do orçamento
- Regida por Estatuto:
  - ◆ requisitos essenciais exigidos pelo Código Civil

- ♦ demais regras que deverão ser observadas na gestão do consórcio

ASSOCIAÇÃO CIVIL DE DIREITO PRIVADO COM OBRIGAÇÕES DE ENTIDADE DE DIREITO PÚBLICO:

Ainda que de natureza privada:

- ♦ O RECURSO é PÚBLICO
- ♦ O SERVIÇO é PÚBLICO

Portanto, DEVE obediência aos princípios e regras da Administração Pública.

## **2 - ORÇAMENTO E CONTABILIDADE:**

Lei 4.320/64:

- ♦ Plano de aplicação aprovado pelo Conselho de deliberação máxima;
- ♦ Obrigatoriedade de demonstrar que a aplicação de recursos é compatível com a vinculação da fonte no Município.

## **3 - PESSOAL:**

- Cedido pelos municípios partícipes;
- Concurso público;
- processo seletivo simplificado;
  - ♦ publicidade, impessoalidade;
  - ♦ exercício de função pública;
  - ♦ prazo determinado (enquanto existir a associação/até determinado período);
  - ♦ regime celetista, vinculação ao RGPS;
- Comissão permanente de seleção;
- Não integra despesa com pessoal - para efeito dos limites da LRF.

**OBS.:** Para a realização do processo seletivo simplificado, que sejam estabelecidas, no mínimo, as seguintes fases: prova escrita, entrevista e prova de títulos.

## **4 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS:**

**Lei nº 8.666/93**

Inclusive:

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- ♦ possibilita atuação rápida e imediata
- ♦ elimina burocracia, custos e desgastes referentes a uma grande quantidade de licitações
- ♦ assegura contratação mais vantajosa
- ♦ propostas válidas por 01 ano - definem a qualidade do produto e o preço unitário
- ♦ quantidades e ocasião da aquisição dependem da conveniência da Administração

**Comissão de licitação:**

- própria;
- ◆ formada por representantes dos municípios consorciados;
- ◆ fixada no município sede;
- ◆ com possibilidade de contratar empresa licitante, selecionada mediante procedimento licitatório.

#### **Terceirização de serviços:**

- ◆ qualificar e quantificar;
- ◆ licitação prévia.

**OBS.:** O modelo de aquisição de bens e serviços foi aprovado na íntegra, porém, há necessidade de revisão do pacto de cooperação entre os municípios, para que os recursos sejam repassados mediante débito automático autorizado pelo chefe do Poder Executivo, em conta bancária do município para as associações, conforme regras estabelecidas no estatuto.

#### **5 - PRESTAÇÃO DE CONTAS:**

##### **Realizada pela Associação Civil gestora**

- ◆ ao Conselho de Prefeitos, que a homologa (controle interno)
- ◆ a,os Conselhos Municipais de Saúde
- ◆ ao TCE/MT - art. 70, CF - julgamento (controle externo),

**OBS.:1)** O veículo de publicação (Diário Oficial) deverá constar do estatuto.

**2)** A Secretaria de Estado de Saúde assumirá o custo financeiro, devendo as associações encaminhar a documentação no prazo devido.

## PARTICIPANTES DA REUNIÃO

Nome	Municípios	Cargo / Função	Assinatura
Marcos Henrique Machado	Cuiabá	Secretário de Estado de Saude SES/MT	
Jackson Fernando de Oliveira	Cuiabá	Secretário Adjunto de Gestão SES/MT	
Pedro Martins D'ornellas Neto	Cuiabá	Superintendente SAAUR/SES/MT	
Valter Albano da Silva	Cuiabá	Conselheiro do TCE/MT	
José Carlos Novelli	Cuiabá	Conselheiro do TCE/MT	
Maurício M. Faria Júnior	Cuiabá	Chefe de Gabinete do TCE/MT	
Dulce Rossana Capitula	Cuiabá	Assessora de Cons. do TCE/MT	
Ronaldo Ribeiro de Oliveira	Cuiabá	Tribunal de Contas	
Murilo Gonçalo C. de Almeida	Cuiabá	Tribunal de Contas	
Jaqueline Maria Jacobsen	Cuiabá	Tribunal de Contas	
Risodalva Beata de Castro	Cuiabá	Tribunal de Contas	
Tânia Maria Rocha de Oliveira	São Félix do Araguaia	Secretária Executiva	
Rejane Ferreira Trindade	Alto da Boa Vista	Secretária Municipal	
Aloir José Luke	Nova Guarita	Prefeito	
Meyre Aparecida P. Assunção	Matupá	Secretária Municipal	
Cleomar Dalmorim	Nova Guarita	Contador	
Rodinei Alves Teodoro	Cuiabá	TCE/MT	
Priminho Riva	Juara	Prefeito	
Sirlene Regina da Silva	Juara	Secretária Executiva	
Ana Paula Marques Shulz	Juína	ERS	
Evandro Fernandes de Souza	Juína	Contador	
Luiz Heiner	Água Boa	Diretor Administrativo	
Siloé A. Oliveira	Colíder	Secretário Executivo	
Robson Aparecido Pazetto	Nova Xavantina	Prefeito	
Rosana Jucato Juliani	Rondonópolis	Coordenadora do ERS	



Josuel Rodrigues Lima	Confresa	Secretário Executivo	
Antonio Roberto Torres	Tangará da Serra	Secretário Executivo	
Antonio de A. Junqueira	Cáceres	Presidente do CIS	
Amaury C. Carvalho Silva	Cáceres	Secretário Executivo	
Mauro Antonio Manjabosco	Sorriso	Secretário Executivo	
Ana Atala Veggi de Campos	Campo Verde	Secretária Executiva	
Luis Soares	Cotriguaçu	Presidente COSEMS	
Dejair José Pereira	Cuiabá	SAI / SES/MT	